



CÁRCERE FEMININO E VULNERABILIDADE: PRINCIPAIS ENFERMIDADES FÍSICAS E MENTAIS ENFRENTADAS PELAS MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE NO BRASIL

Mariana Carvalho dos Santos¹, Bruna Maria Luca², Maria Ligia Ganacim Granado Rodrigues Elias³

¹Acadêmica do Curso de Medicina, Campus Maringá-PR, Universidade Cesumar - UNICESUMAR.
mariana_santos2@alunos.unicesumar.edu.br

²Acadêmica do Curso de Medicina, Campus Maringá-PR, Universidade Cesumar - UNICESUMAR.
brunaluca@alunos.unicesumar.edu.br

³Orientadora, Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, USP. Pesquisadora e bolsista produtividade do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação – ICETI e da Fundação Araucária - maria.el@unicesumar.edu.br

RESUMO

Introdução: O aumento da população carcerária no Brasil expõe deficiências estruturais, especialmente no que diz respeito aos direitos das mulheres presas, como o acesso à saúde reprodutiva, materna e mental. **Objetivo:** Analisar tematicamente estudos selecionados via protocolo de buscas sobre as condições de saúde de mulheres em penitenciárias brasileiras, sistematizando o conhecimento e identificando os principais entraves e desafios que essa população vivencia relacionados à saúde. **Metodologia:** Revisão sistemática da literatura, de caráter exploratório e analítico, com buscas no portal Periódicos Capes sobre a temática “Saúde da mulher privada de liberdade”. **Resultados:** Ao final da pesquisa, busca-se construir uma sistematização de conhecimento sobre o tema, mapeando as principais patologias e dificuldades de acesso aos cuidados em saúde, com foco nas dimensões reprodutiva, materna e mental. **Conclusões:** Espera-se produzir uma síntese atualizada da literatura sobre o tema, contribuindo com o conhecimento e a disseminação deste tema socialmente relevante.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres encarceradas; Revisão sistemática; Saúde da mulher; Saúde reprodutiva; Sistema prisional.

1 INTRODUÇÃO

O encarceramento feminino tem aumentado a cada ano no Brasil, e com essa demanda surgem problemas estruturais e assistenciais. Com base em dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais Diretoria de Inteligência Penitenciária (SISDEPEN), a população carcerária feminina ao final do ano de 2023 ultrapassava o número de 25.000 mulheres, contabilizando apenas celas físicas. No Brasil, com esse aumento da população carcerária ao longo dos anos, há uma inaptidão na parte estrutural, tanto física quanto assistencial, para receber essa demanda; isso acarreta condições precárias das celas e negligência de direitos fundamentais (Nascimento et al., 2020). A maioria dos presídios brasileiros é adaptada para homens, portanto, não há uma estrutura eficaz para as mulheres que estão gestantes, para o manejo do ciclo menstrual, para coleta de exames ginecológicos, além do aumento de presas por cela, o que leva a uma maior possibilidade de disseminação de doenças por gotículas (Nascimento et al., 2020).

Assim, ao serem comparadas com a população feminina em geral, as mulheres que estão aprisionadas têm maiores problemas de saúde, devido à insalubridade dos presídios brasileiros, além de campanhas de promoção à saúde que não abrangem esse grupo (Araújo et al., 2020). Apesar de existir a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE), a qual institui que deve ser feito o acompanhamento de saúde e procedimentos clínicos de acordo com o perfil social da mulher reclusa, essa política ainda não é efetiva, já que ainda existem



agravos na saúde, superlotação dos presídios e discriminação acerca dessa comunidade (Ribeiro, de Deus, 2017; Araújo et al., 2020).

O ambiente de confinamento com aglomeração de presas e sem circulação adequada de ar pode ocasionar patologias transmissíveis, como a tuberculose (Araújo et al., 2020). É importante ressaltar que a saúde sexual e reprodutiva das mulheres é frequentemente ignorada; essa situação se agrava ainda mais no caso das que estão privadas de liberdade (Nascimento et al., 2020). Assim, questões relacionadas à maternidade e à detecção do câncer de colo de útero representam desafios enfrentados pelas detentas (Araújo et al., 2020). Além disso, em comparação aos homens encarcerados, as mulheres nessa condição experimentam um maior abandono familiar por parte de seus parceiros e filhos, resultando em solidão (Nascimento et al., 2020).

Diante da situação de violação do direito à saúde, este estudo se propõe a realizar uma análise temática dos artigos publicados sobre as condições de saúde das mulheres em presídios brasileiros. A pesquisa identifica e organiza as produções científicas que mostram as principais doenças enfrentadas por mulheres encarceradas, além de destacar a prevalência e os fatores associados. Assim, uma revisão dos estudos existentes sobre a saúde das mulheres nas penitenciárias brasileiras contribuirá para o aprofundamento do conhecimento e a disseminação de informações, além de evidenciar lacunas na literatura acadêmica sobre este tema socialmente relevante.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia adotada neste estudo consiste em uma revisão sistemática de literatura cujo objetivo principal análise das produções científicas disponíveis sobre a temática em questão (Fernandes, 2016). Para a realização da busca dos artigos, definiu-se como principal fonte o portal Periódicos Capes, em razão de sua abrangência e integração com diversas bases de dados acadêmicos.

O processo começou com a definição dos descritores relacionados ao tema (Cassundé, Barbosa, Mendonça, 2018). "Saúde da mulher privada de liberdade", visando refinar e expandir os resultados. As combinações de termos utilizadas foram: "Sistema prisional" AND "Saúde da mulher"; mulheres AND prisão AND saúde; "Mulheres privadas de liberdade" AND "Saúde"; mulheres AND encarceramento AND saúde.

Em seguida, as strings de busca foram aplicadas no portal Periódicos Capes, com filtros definidos previamente: período entre 2020 e 2025, idiomas português e inglês, acesso aberto e artigos de periódicos científicos. A definição desses critérios teve como objetivo garantir a atualidade e a confiabilidade das fontes.

Com os resultados obtidos, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão, com base na pergunta norteadora: "Quais são as principais enfermidades físicas e mentais enfrentadas pelas mulheres privadas de liberdade no Brasil?". A seleção preliminar dos artigos foi feita através da leitura de títulos e resumos, priorizando os que abordavam diretamente as enfermidades, os desafios, os grupos de vulnerabilidade e as ações de promoção da saúde direcionadas às mulheres encarceradas.

Na etapa seguinte, foram eliminados artigos publicados em periódicos classificados como Qualis B3 ou C, com o objetivo de garantir um rigor científico maior. Acredita-se que periódicos de alta qualificação utilizam metodologias mais robustas e processos de avaliação mais rigorosos, o que aumenta a confiabilidade dos dados analisados. Em seguida, foi realizada uma leitura geral dos artigos e, com base na pergunta norteadora, também foram excluídas produções que abordavam a reinserção social de mulheres egressas do sistema prisional ou que discutiam suas interações com outras instituições, como escolas, hospitais psiquiátricos e igrejas. Embora essas temáticas sejam relevantes,



não se alinham com o foco central da pesquisa, que é compreender as doenças físicas e mentais que as mulheres enfrentam durante o período em que estão privadas de liberdade. Assim, restaram 12 artigos selecionados e, a partir daí, realiza-se a análise temática das produções científicas incluídas, com o objetivo de identificar os principais subtemas recorrentes e os aspectos centrais de cada estudo (Fernandes, 2016). Esta etapa visa sistematizar os dados e organizar os conteúdos em categorias temáticas que possibilitem uma discussão coerente com o objetivo central da pesquisa (Braun, Clark; 2006). A análise temática busca destacar os principais desafios e doenças enfrentados pelas mulheres privadas de liberdade no Brasil, conforme estabelecido na pergunta norteadora.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa está em andamento visando como resultado final obter uma revisão dos estudos publicados sobre as condições de saúde das mulheres nas penitenciárias brasileiras, realizada através da sistematização do conhecimento e com da análise dos métodos e abordagens utilizadas em cada pesquisa. Até o presente momento de desenvolvimento da pesquisa, a leitura temática dos artigos responde diretamente à pergunta que orientou essa revisão: as principais enfermidades identificadas são relacionadas a Saúde Sexual; Saúde Mental e Saúde Reprodutiva. Foram analisados que alguns temas não citam as enfermidades porém estão diretamente relacionados a saúde dessas mulheres como o perfil de vulnerabilidade; a infraestrutura dos presídios que colaboram para a disseminação de doenças infectocontagiosas e falta de estrutura para higienização adequada e coleta de exames ginecológicos; e a não continuidade de tratamento de enfermidades que são egressas do sistema.

As categorias foram definidas a partir da recorrência de temas nos artigos e da sua relevância frente à pergunta norteadora da pesquisa, são elas: os entraves que as detentas enfrentam no período da maternidade, as enfermidades relacionadas a saúde mental e sexual, a perfil das mulheres que são mais vulneráveis, os desafios para a continuidade dos tratamento das mulheres egressas do sistema prisional e os problemas de infraestrutura dos presídios e do sistema prisional. Embora a análise inicial não tenha identificado uma abordagem teórica interseccional, entende-se que, para a análise temática, reconhecer que as mulheres em situação de restrição de liberdade são perpassadas por diferentes marcadores de desigualdade, como raça, classe e gênero, identidade de gênero, contribuirá tanto para a compreensão das situações decorrentes da falta de acesso à saúde quanto para a análise do fato de que o aprisionamento de mulheres é influenciado por questões estruturais, como classe, raça e demais marcadores sociais de desigualdade.

Como se observa no Gráfico 1, dos doze artigos selecionados para essa revisão, a maioria adota uma abordagem qualitativa e tem como principais focos os temas de Gestação e Maternidade; Saúde Mental e Saúde Sexual. No decorrer da pesquisa, esses temas serão analisados com maior profundidade. Observa-se também que, dentre os artigos selecionados, pouco se discute sobre a infraestrutura dos presídios e sobre o seguimento do cuidado a saúde das mulheres egressas do sistema.

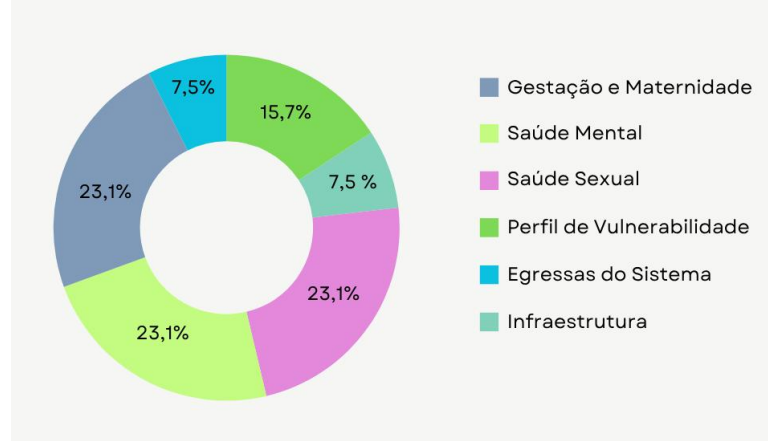


Gráfico 1: Temas mais relevantes relacionados a saúde das mulheres encarceradas
Fonte: Dados da pesquisa

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, identificou-se que apesar do direito a saúde da população privada de liberdade, ser garantido por normativas como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) e a Política Nacional de Atenção às Mulheres Egressas do Sistema Prisional (PNAMP), esses programas não funcionam de maneira efetiva pois ainda há uma falta de acompanhamento da saúde dessa população devido a limitação à Rede de Atenção Básica.

As mulheres que estão inseridas no sistema prisional é um grupo vulnerável marcado por inúmeras violências na sua trajetória de vida, e muitas vezes são submetidas a uma violência institucional quando estão no ambiente carcerário e esse perfil de vulnerabilidade foi pouco explorado na literatura acadêmica nos últimos 5 anos, causando limitação nessa pesquisa em dividir esse perfil em renda, escolaridade, idade, etnia e outras variantes.

Até o momento, a análise da bibliografia, aponta que há problemas infraestruturais que são admitidos desde a construção estrutural do presídio, já que estes são adaptados para homens, tornando o manejo do ciclo menstrual, coleta de exames ginecológicos, gestação e maternidade algo inviável. Devido à falta de escolta para consulta médica e estratégias que aumentem o fluxo de informação dos prontuários médicos das mulheres privadas de liberdade há um impedimento por parte do Estado que elas deem continuidade ao seu tratamento após ser transferida para outro município ou estando egressas do sistema. O reflexo dessa negligência Estatal, é o aumento de doenças infectocontagiosas e agravos na saúde mental dessa população.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Moziane Mendonça de et al. Assistência à saúde de mulheres encarceradas: análise com base na Teoria das Necessidades Humanas Básicas. **Escola Anna Nery**, v. 24, p. e20190303, 2020.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative research in psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

CASSUNDÉ, Fernanda et al. Entre revisões sistemáticas e bibliométricas: como tem sido mapeada a produção acadêmica em Administração no Brasil?. **Informação & Informação**, n. 1, p. 311-334, 2018.



DALENOGARE, Gabriela et al. Pertencimentos sociais e vulnerabilidades em experiências de parto e gestação na prisão. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 263-272, 2022.

FERNANDES, Roberto Fabiano. Desmistificando a revisão de literatura como base para redação científica: método SFF. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 21, n. 3, p. 550-563, 2016.

FERREIRA, Andressa Francisca et al. SAÚDE MENTAL DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA. **REVISTA FOCO**, v. 16, n. 11, p. e3362-e3362, 2023.

GALIZA, Dayze Djanira Furtado et al. Mulheres privadas de liberdade: experiências e as condutas em saúde no presídio. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 8, p. e16111830583-e16111830583, 2022.

LAURINDO, Cosme Rezende et al. Prevalência e fatores associados à ansiedade e depressão em mulheres adultas privadas de liberdade: revisão integrativa. **Revista de Atenção Primária a Saúde**, v. 25, n. 3, 2022.

NASCIMENTO MARTINS, Nádia Vicência et al. Infecções Sexualmente Transmissíveis no contexto de privação de liberdade. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 1, p. e49410112044-e49410112044, 2021.

Nascimento, S. B. do, Souza, A. T. da S., Pereira, M. dos S., Carvalho, J. R. de M., & Silva, A. V. F. da. (2020). Além das grades: Percepção de mulheres encarceradas acerca das condições de saúde. **SANARE - Revista De Políticas Públicas**, 18(2).
<https://doi.org/10.36925/sanare.v18i2.1374>.

NUNES, Livia Rangel de Christo; DESLANDES, Suely Ferreira; JANNOTTI, Claudia Bonan. Narrativas sobre as práticas de maternagem na prisão: a encruzilhada da ordem discursiva prisional e da ordem discursiva do cuidado. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00215719, 2020.

OLIVEIRA, Tyane Mayara Ferreira de et al. Vulnerabilidades associadas à violência contra a mulher antes do ingresso no sistema prisional. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 56, p. e20220167, 2022.

RAMOS, Maria Eduarda Kegler et al. O cuidado em saúde e sua relação com aspectos sociodemográficos das mulheres privadas de liberdade no Brasil: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 18, n. 45, p. 3412-3412, 2023.

Ribeiro, M. A. T., & de Deus, N. M. S. F. (2017). MULHERES ENCARCERADAS: A SAÚDE ATRÁS DAS GRADES. **Revista Psicologia**, Diversidade E Saúde, 6(4), 324-339.
<https://doi.org/10.17267/2317-3394rpd.v6i4.1708>.

SANTA RITA, Rosangela Peixoto. Violência contra mães em situação de prisão: Da invisibilidade à persistência no encarceramento. **Teoria e Cultura**, v. 16, n. 2, 2021.



SANTOS, Thainara Cristina Quintela Cavalcante et al. Desesperança em mulheres privadas de liberdade e sua correlação com sintomas de depressão e ansiedade. **Enfermería Global**, v. 22, n. 2, p. 23-63, 2023.

SCHULTZ, Águida Luana Veriato et al. Limites e desafios para o acesso das mulheres privadas de liberdade e egressas do sistema prisional nas Redes de Atenção à Saúde. Physis: **Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, p. e300325, 2020.

SISDEPEN. Relatório de informações penais: 15º ciclo, 2º semestre 2023. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-2-semester-de-2023.pdf>. Acesso: 27 de setembro de 2024.